



Câmara Municipal de Mação

Acta N.º 3/2017

Data da Sessão : 8 de Fevereiro de 2017

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal de Mação presentes na sessão:

Presidente: Vasco António Mendonça Sequeira Estrela

Vereadores:

Nuno Fernando Bento Neto

António José Martins Louro

Vasco Rodrigo da Silva Marques

César Manuel Guerra Sequeira Estrela

Faltas Justificadas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Câmara Municipal de Mação

Acta N.º 3 / 2017
8 de Fevereiro de 2017

-----LOCAL-----

Sala de reuniões da Câmara Municipal, no Edifício dos Paços do Concelho.

-----INICIO-----

10 horas. Verificada a existência de quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

-----ORDEM DE TRABALHOS-----

- 1) A Ordem de Trabalhos desta reunião é a seguinte:
- 2) Aprovação da acta da reunião anterior
- 3) Apreciação de correspondência recebida e respectivas deliberações, quando necessárias.
- 4) Ratificação de deliberação relativa ao pedido de cedência de instalações da Associação Mac TT.
- 5) Análise e eventual deliberação sobre pedido do CRIA, Centro de Recuperação e Integração de Abrantes.
- 6) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Associação Magalhães de Mação.
- 7) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga
- 8) Análise e eventual deliberação sobre pedido de informação do conselho Português para os Refugiados
- 9) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural de Santo António.
- 10) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da Associação Aventurirequinte.
- 11) Avaliação das políticas relativas à natalidade da Câmara Municipal de Mação.
- 12) Apreciação de requerimentos e pedidos de licenciamento de obras particulares.
- 13) Outros assuntos.

-----ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR-----

Aprovada por unanimidade a acta da reunião anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma em virtude de terem sido enviadas fotocópias a todos os membros com a devida antecedência.

-----DISPONIBILIDADES-----

A Câmara tomou conhecimento do Resumo Diário da Tesouraria nº 27, respeitante ao dia 7 de Fevereiro de 2017, cujos resultados demonstram: Operações Orçamentais: 353.053,17 € (trezentos e cinquenta e três mil, cinquenta e três euros e dezassete cêntimos), Operações de Tesouraria: 74.409,78 € (setenta e quatro mil, quatrocentos e nove euros e setenta e oito cêntimos).

-----PROTEJO – MOVIMENTO PELO TEJO-----

COMUNICADO

A Câmara tomou conhecimento de ofício do ProTEJO, Movimento pelo Tejo, datado de 21 de Janeiro de 2017 no qual envia, para conhecimento, um comunicado sobre a estratégia de combate à poluição no Rio Tejo e de intervenção para o ano de 2017.

-----MOVIMENTO DA MENSAGEM DE FÁTIMA-----

AGRADECIMENTO

A Câmara tomou conhecimento de ofício do Movimento da Mensagem de Fátima, datado de 23 de Janeiro de 2017, no qual agradece o apoio prestado a este movimento eclesial na celebração do centenário das aparições de Nossa Senhora.

-----ASSOCIAÇÃO MAC TT MAÇÃO-----

CEDENCIA DO EDIFICIO DO ANTIGO QUARTEL DOS BOMBEIROS – RATIFICAÇÃO

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Associação Mac TT de Mação, datado de 30 de Janeiro de 2017 no qual solicitam a cedência das instalações do antigo quartel dos Bombeiros par ali ser servido o jantar do Passeio Mac TT – 2017, no dia 4 de Fevereiro de 2017.

O Sr. Presidente informou que tomou a decisão de ceder as instalações solicitadas pois não houve reunião de Câmara entre a data do pedido e a realização do evento e solicita a ratificação da sua decisão.

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar a decisão tomada pelo Sr. Presidente.

-----CRIA – CENTRO DE RECUPERAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE ABRANTES-----

X FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO ESPECIAL – PEDIDO DE APOIO

A Câmara tomou conhecimento de ofício do CRIA – Centro de Recuperação e Integração de Abrantes, datado de 17 de Janeiro de 2017 no qual informa que irá retomar a realização do Festival Nacional de Teatro Especial, de 20 a 22 de Março de 2017, no Cine- Teatro São Pedro, em Abrantes e solicita apoio para a realização do mesmo.

A Câmara deliberou por unanimidade conceder um subsídio de 250,00€ para apoio à realização do referido Festival de Teatro.

----- **ASSOCIAÇÃO MAGALHÃES DE MAÇÃO** -----

SEMANA ACADÉMICA E DA JUVENTUDE MAÇÃO 2017

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Associação Magalhães de Mação, datado de 1 de Fevereiro de 2017, no qual solicitam apoio da Câmara Municipal de Mação na realização da Semana Académica e da Juventude – Mação 2017, a decorrer de 13 a 15 de abril próximo, na Vila de Mação.

A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 3.000,00€ à Associação Magalhães de Mação para apoio ao evento referido. Mais foi deliberado isentar de taxa de licença de realização de divertimento público/licença especial de ruído. Foi ainda deliberado ceder o Cine Teatro Municipal no dia 13 de Abril, o Pavilhão Municipal José Maia Marques no dia 14 de Abril e o Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira no dia 15 de Abril.

----- **LIGA REGIONAL DE MELHORAMENTOS DE ORTIGA** -----

PEDIDO DE APOIO PARA PROVA DE ATLETISMO MAÇÃO CATEDRAL DO PRESUNTO

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga, datado de 30 de Janeiro de 2017, no qual solicitam apoio da Câmara para a organização e realização da prova de atletismo Catedral do Presunto, em Março de 2017 e que tem um orçamento de 5.000,00€.

O Sr. Presidente informou que falou com os responsáveis sobre a orçamentação deste evento e, considerando que esta associação está a organizar e a realizar um evento da Câmara, serviço que, se fosse adquirido a uma empresa de organização de eventos seria provavelmente mais caro, considera que se deve apoiar neste montante.

O Sr. Vereador Nuno Neto considera que não é o valor que está em causa e que o mesmo deverá ser justo mas considera que a Câmara deveria fazer opções relativamente aos eventos que a Câmara patrocina e apostar nos eventos que tenham algum retorno para o concelho. Mais refere que fica sempre satisfeito quando as associações realizam eventos, desportivos ou outros e não sabe do impacto que esta prova terá para o concelho e por isso, não pondo em causa a justeza deste valor, está chegado o momento da Câmara ser mais seletiva em relação aos eventos que apoia, considerando o valor acrescentado que possam trazer para o concelho e apostar naqueles que, efetivamente tragam um retorno visível para o nosso concelho.

O Sr. Presidente da Câmara refere que está de acordo com o que foi referido pelo Sr. Vereador Nuno Neto e considera que este apoio deve ser dado por uma questão de coerência com o que foi a política de apoios da Câmara durante este mandato. Relativamente ao evento em si, refere que não tem certezas sobre o retorno do mesmo, terá de ser repensada, mas a política deste executivo foi apoiar as iniciativas que fossem propostas, que todos se sentissem apoiados nas atividades que se propusessem realizar e essa postura terá de ser analisada e ponderado se terá sido positiva ou não.

A Câmara deliberou por unanimidade atribuir um subsídio de 5.000,00€ à Liga de Melhoramentos de Ortiga para a mesma organizar a prova de Atletismo Catedral do Presunto, tendo em consideração as questões expostas sobre as mesmas.

-----**CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS**-----

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

A Câmara tomou conhecimento de ofício do Conselho Português para os Refugiados, datado de 26 de Janeiro de 2017 no qual envia documentação para parceria operacional entre o Município de Mação e o Conselho Português para os Refugiados.

Após análise detalhada da documentação enviada, a Câmara deliberou por unanimidade informar o Conselho Português para os Refugiados que, em princípio o Município de Mação estará disponível para estabelecer esta parceria. Mais deliberou solicitar uma reunião com responsáveis desta entidade para esclarecimento da Câmara sobre o assunto.

**--ASSOCIAÇÃO RECREATIVA, DESPORTIVA E CULTURAL DE SANTO ANTÓNIO--
PEDIDO DE APOIO PARA RECONSTRUÇÃO DE MURO**

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Associação Recreativa, Desportiva e Cultural de Santo António, datado de 20 de Janeiro de 2017 no qual solicita apoio para reconstrução de um muro que caiu em consequência das fortes chuvas do ano passado e que pode provocar perigo para alguns moradores. Envia também orçamento para a referida obra no valor de 4.022,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que parte do referido muro se encontra em espaço público e que pode provocar perigo para alguns moradores, a Câmara deliberou por unanimidade responsabilizar-se pela reconstrução do referido muro num valor de 4.022,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

-----**ASSOCIAÇÃO AVENTURIREQUINTE**-----

PEDIDO DE APOIO

A Câmara tomou conhecimento de ofício da Associação Aventurirequinte, datado de 20 de Janeiro de 2017, no qual solicitam apoio logístico da Câmara para estágio de triatlo, nos dias 10 a 13 de abril, nomeadamente com autorização para utilizar as piscinas municipais, polidesportivo e cedência de local para dormirem e fazerem as refeições.

A Câmara deliberou por unanimidade conceder o apoio solicitado.

-----**AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS RELATIVAS À NATALIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO**-----

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que este assunto já foi algumas vezes aflorado em reuniões anteriores e considera que faz sentido que se possa conversar sobre este assunto e o executivo perceber o que pensam os Srs. Vereadores do PS sobre esta matéria, considerando que era uma das grandes “bandeiras” que tinham no seu programa eleitoral. Refere que, provavelmente, esta não é a melhor altura para discutir este assunto pois estamos em final de mandato mas talvez ainda se vá a tempo de acolher, discutir e aprofundar alguma medida que queiram sugerir, tendo como base aquilo que a Câmara já faz, não sendo decisivo para que algo se altere em relação a esta matéria, é já alguma coisa. Continua a sua intervenção referindo que seria importante conhecer as críticas aos apoios que têm sido dados pela Câmara e o que mais poderia ser feito, tendo em conta o orçamento da Câmara, para inverter este estado de coisas que, no seu entender, é transversal ao país e em especial ao interior, região onde estamos inseridos. Em seguida leu aos presentes uma informação sobre o número de nascimentos e óbitos, na região do Médio Tejo em 2014 (nasceram 1513 crianças e faleceram 3144 pessoas) e em 2015 (nasceram 1536 crianças e faleceram 3329 pessoas). Em Mação, em 2015 nasceram 24 crianças e morreram 125 pessoas o que nos coloca como um dos piores concelhos do Médio Tejo, não podendo deixar de referir que somos o concelho mais interior desta região. Questiona, perante estes factos, perante o que os outros municípios fazem, seguramente, para tentar mudar este cenário, o que poderá fazer a Câmara de Mação a mais do que tem feito e se este é um problema do município de Mação ou um problema genérico e do país. Termina referindo que este é um cenário dramático especialmente tendo em conta que os dados são da região do Médio Tejo porque em regiões mais interiores a situação é ainda pior.

O Sr. Vereador António Louro iniciou a sua intervenção referindo que o cenário é desolador e considera que o país vai ter de encarar este problema de uma forma mais séria, terão de ser criados incentivos fiscais a sério se quisermos fixar população no interior e fora das grandes cidades. Mais referiu que esta situação é ainda mais

dramática se pensarmos nestes 24 nascimentos, de 2015, daqui a vinte anos pois provavelmente a grande maioria não estará no nosso concelho e por isso iremos ficar com um número de população significativamente reduzido e como este problema não é só nosso, todos os municípios estão com o mesmo problema ao mesmo tempo e por isso considera que terão de adotar-se medidas muito mais revolucionárias ou esta situação será rapidamente uma catástrofe.

O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que o maior problema é o emprego pois não se consegue fazer com que os jovens permaneçam nos concelhos como Mação sem terem emprego e considera que o Governo teria de tomar medidas nesta área. Mais referiu que, para alguém se quiser vir instalar num concelho como o nosso será necessário ter condições para ter trabalho, constituir família e prosperar e se essas condições existissem os nossos não iriam embora e outros poderiam vir mas mais uma vez essas condições não podem ser conseguidas somente pelas Câmara, é um problema que exige medidas do poder central. Termina referindo que também existe o problema das pessoas que habitam efetivamente no concelho mas que não estão aqui recenseados e neste sentido deveria ser criado algum tipo de medida que incentivasse mais pessoas mudarem para cá, nomeadamente com apoio a reconstrução de habitações como já tivemos mas reforçado e também tivéssemos algum mecanismo que forçasse as pessoas a recensearem-se cá.

O Sr. Vereador Nuno Neto inicia a sua intervenção referindo que teria gostado, e se estivesse no lugar do executivo tê-lo-ia feito, que este tipo de assunto, e outros que sejam considerados estratégicos, os tivéssemos debatido durante o mandato, teria sido importante que essas discussões acontecessem fora das reuniões de Câmara pois a reunião segue uma determinada formalidade e ordem de trabalhos e seria melhor discutir este tipo de assunto sem formalidades. Mais referiu que, com o passar dos anos e com o atual contexto, cada vez tem menos certezas de tudo e gostaria de ter tido este tipo de discussões durante os mandato, o que não aconteceu porque o executivo assim o entendeu e, agora que o mandato está a acabar, considera que já não terá muito tempo para este tipo de abordagem independentemente da sua opinião ter valor ou não. Continuou referindo que sempre foi dizendo e escrevendo sobre estes problemas e desde há quinze anos que vem falando nestas questões e a realidade do concelho nesse tempo, sendo já uma realidade complexa, era melhor do que hoje, não estávamos tão definhados como estamos hoje e para além disso o país atravessou nestes últimos anos e ainda está a atravessar uma crise poderosíssima agrava tudo isto pois houve

muitas pessoas em idade ativa a abandonarem o concelho e até o país e tornou a situação ainda mais complicada. Mais referiu que algumas críticas que foi fazendo de início, em 2001, onde achava que a Câmara ainda teria tido outra capacidade de resposta para tentar enfrentar os problemas, as condições do país não eram o que são hoje e por isso considera que se perdeu algum tempo a equacionar algo diferente daquilo que se tem vindo a fazer. E hoje, ao reconhecer que tudo mudou muito, naquilo que tem dito e escrito tem, de alguma forma, aligeirado a responsabilidade da autarquia neste domínio porque reconhece efetivamente as condições de hoje são completamente distintas daquelas que existiam alguns anos atrás, embora também tenha de se dizer que quem geriu a autarquia nestes anos foi sempre da mesma força política e tem havido uma continuidade e não podemos esquecer isso. Mas reconhece, sem margem para dúvidas, que hoje, a nossa capacidade de resposta é muito limitada para os problemas que existem pois os mesmos também aumentaram de gravidade nestes anos.

Relativamente ao assunto em concreto, considera que o mesmo tem uma série de envolvências, não pode ser visto de uma forma isolada como já foi referido e por isso a questão da natalidade, desta dinâmica populacional não é muito fácil de resolver. Refere que, mesmo considerando todas as medidas que o governo possa tomar com o objetivo de encontrar soluções, fica sempre constrangido com estas questões pois compreende que estas medidas custam dinheiro e o país não tem muito dinheiro e por isso, seja no desenvolvimento do interior, seja na questão da natalidade ou da floresta, as boas intenções vão esbarrar no facto da falta de meios e assim temos fortes probabilidades de não vir a ter grandes soluções no interior. Mas descontando essa questão, refere que não conhece soluções milagrosas mas tem a certeza que, independentemente dos constrangimentos que vivemos e da falta de meios e recursos que temos para inverter ou tentar minimizar esta situação, podemos sempre fazer novas tentativas, tentar encontrar novos caminhos para isso, sendo certo que, efetivamente, as probabilidades de sucesso que hoje em dia esses caminhos que nós trilhemos nos conduzam a “oásis” são cada vez mais “estreitos e sinuosos”. Considera que, para nós, a questão do emprego é fulcral e não vê a breve prazo grande capacidade da nossa parte para inverter esta situação e criar muitos postos de trabalho que fixem as pessoas por isso vamos continuar a ver os nossos jovens partir para outros locais e esse é mais um problema grave mas que merece ser discutido para ver se encontramos algum caminho. Mais refere que tudo deve começar por se pensar o que é que a autarquia está disposta

a investir num projeto desta natureza e esta será uma condicionante, apesar de não ter de se decidir imediatamente um valor, é necessário pensar o que fazer pois as medidas requerem investimentos e como o dinheiro que a autarquia dispõe tem de ser para muitas áreas, se fizermos uma aposta séria e forte neste âmbito, mesmo sem ter completa certeza de sucesso, algo terá de ser menos apoiado noutras áreas e dá exemplos que considera terem sido gastos que deveriam ter sido para outras áreas, nomeadamente o apoio às casas degradadas, programa com o qual nunca concordou e que considera que esse dinheiro poderia ter sido aplicado de outra maneira e também os apoios que se vão dando de forma simbólica e que acabam por não ter impacto nenhum para aquilo que são os verdadeiros desígnios do concelho, ou seja, se chegarmos a escolher um caminho nesta área, provavelmente teremos de desviar verbas de outro lado para conseguir acomodar este tipo de abordagem.

Relativamente a medidas concretas, refere que o problema tem de ser considerado num todo pois medidas desgarradas não nos levarão a lado nenhum e, antes de se tomar decisões e traçar um rumo, é fundamental que seja feito um diagnóstico desta questão que permita um conhecimento mais profunda e que, ao contrário de concelhos maiores, é possível fazer pois conhece-se muito bem a realidade quer na natalidade quer sobre as pessoas que abandonaram o nosso concelho e foram para concelhos maiores. Após ter um diagnóstico feito, então poder-se-ia tentar alinhar medidas, num modelo que tenha harmonia e consistência, quer no apoio direto aos nascimentos que teria se ser substancialmente maior, quer noutros apoios, por exemplo na política de habitação pois é uma coisa fundamental para fixar famílias que, mesmo não trabalhando cá, poderiam cá habitar, medida que hoje se torna mais difícil por causa das portagens mas que ainda assim poderia ser estudada. Termina referindo que, para aprofundar estas medidas seria fundamental haver um diagnóstico fundamentado e, com base nele trabalhar as ideias que considera terão de ser tomadas por quem for eleito no próximo mandato autárquico.

O Sr. Vereador César Estrela inicia sua intervenção referindo que relativamente às políticas de natalidade todos sabem o que se passa, havendo no entanto receio em falar em algumas coisas, nomeadamente nas que foram fundamentais para chegarmos a esta situação. Considera que tem sido um erro crasso a nossa autarquia replicar medidas que foram criadas noutros locais, seguindo-as sem se dar ao trabalho de tentar fazer diferente. Para dar um exemplo do que considera ter sido um erro responsável pelo atual estado de coisas, refere a ideia de se tentar, durante muitos anos, que o interior se fosse mantendo à custa da disseminação de serviços públicos. Ela resolveu o problema por

dois ou três anos mas como é do conhecimento geral, quem abraça a carreira de funcionário público fá-lo por 36 anos e aquele lugar vai ficar ocupado durante uma vida por essa pessoa e não vai ser deixado para os filhos. Esses terão de ir para outro lado. Com a agravante de hoje em dia, quando os pais se reformam a tendência não é mais ficar cá na terra mas sim ir ter com os filhos e isso já se começa a verificar aqui em Mação.

Refere também que, para sairmos deste problema seria importante entender alguns pontos que considera andarem um bocado misturados. Como, aliás, já foi aqui apontado, existe uma dispersão grande de incentivos e ajudas que, todos juntos representam grande investimento mas que não levam a lugar nenhum.

Seria por exemplo importante definir o que é mais importante para o concelho. Se incentivos à natalidade, incentivos à fixação ou ajudas à 3ª idade. Estes incentivos, embora em alguns pontos se toquem, pois se as pessoas não se fixarem não haverá natalidade, nada têm a ver com outras ajudas. Como incentivo à natalidade, todos sabem que ninguém vai ter mais um filho por lhe darem 1000.00€ ou um outro pacote de ofertas. Como incentivo à fixação apoiam-se todas as associações que aparecem. Considera que isto serve para não deixar que as pessoas se sintam desmoralizadas mas esta forma de agir como política para resolver o problema maior que nós temos no concelho, que é a perda de população, não serve rigorosamente para nada. Como ajuda à 3ª idade, ninguém vai decidir partir ou ficar por causa dos descontos do cartão +65.

Todos estes apoios podem ser entendidos como sinais mas não resolvem o problema.

É importante começar a separar os caminhos. É necessário escolher para onde se “quer ir” e realizar o esforço todo nessa direcção. E se no nosso concelho nunca houve um rasgo de fundo e alguns os “tiros” que foram dados não acertaram no “alvo”, também nunca houve vontade de os corrigir. Muitos investimentos da Câmara, hoje está visto, não passaram de esbanjamento de tempo e dinheiro. Refere que não sabe se ainda vamos a tempo de inverter as coisas mas considera que alguém vai ter de tomar decisões e escolher um caminho. Considera que o primeiro passo a ser dado, será decidir se continuar a fazer o politicamente correto ou apostar naquilo que é necessário. Relembrou uma proposta sua como incentivo, que seria a construção de uma casa a ser oferecida ao empresário que se fixasse, criasse e aguentasse postos de trabalho. Foi bem aceite mas de que não se voltou a falar. Não sabe se teria tido sucesso ou não, mas era uma tentativa. Terminou a sua intervenção referindo que na sua opinião, têm de

se tomar decisões de risco, com investimento significativo. Não há muito por onde escolher. Ou se faz ou se deixa estar como está e tem-se para mais meia dúzia de anos. O Sr. Vereador Nuno Neto referiu que é necessário criar pontos de rutura a vários níveis, na forma do que queremos fazer e deixar de apoiar o que se considerar que não faz sentido e apostar em dois ou três medidas estruturantes para tentar inverter o estado actual das coisas, apesar de serem caminhos cada vez mais “apertados” e cada vez mais sem garantias de sucesso. Mais referiu que temos de ser muito mais objetivos, estas temáticas têm de ser mais discutidas entre todos, e até a forma como a autarquia está organizada, o modelo de funcionamento da Câmara também é muito castrador pois tem 200 funcionários e 3 pessoas que têm de dar resposta a tudo, do assunto mais simples à decisão mais importante que a Câmara tenha de decidir. Para montar estas dinâmicas e projetos, o executivo tem de encontrar um conjunto de pessoas que deem apoio e em quem possa delegar competências pois não é possível três pessoas conseguirem gerir tudo e é necessário pensar bem sobre isso, dinamizar tudo de outra forma pois só assim haverá possibilidade de mudar algo e melhorar as coisas.

O Sr. Vereador António Louro referiu que o grande problema que temos tido no interior é que nos falta de capacidade, força, dimensão para contrariar aquilo que são grandes movimentos nacionais e a falta de força para tomar medidas políticas de fundo que sejam efetivamente estruturais para que as coisas se alterem. Mais referiu que o grande drama que nós temos e que temos de encarar é que temos no país uma política esquizofrénica na qual é pedido às Câmara que tomem medidas para haver mais empreendedorismo, para captar empresas, etc, mas depois quando vamos ver as regras efetivas que temos para fazer isso verificamos que estamos limitados na ajuda, não temos capacidade de ter uma medida de força que parta o marasmo instalado e causar a diferença. Referiu ainda que, em termos políticos, na sociedade tem de haver o momento certo para tomar medidas e muitas vezes o momento certo político e social não é o momento certo do negócio. Ao olharmos hoje para o concelho de Mação, temos de perceber que, lentamente as mentalidades vão-se alterando, os processos vão mudando e o grande drama que nós temos é não tivemos muita sorte neste processo, Até 1999 não há muito a discutir, foram feitas as infraestruturas e o básico necessário para as populações, em 2001 tivemos a sorte de chegar a autoestrada mas também chega a altura em que o país parou e a partir desse ano não há crescimento, as empresas estagnaram, parou o investimento e o país estagnou em 2001, ou seja, quando nos chega a autoestrada o “boom” de investimento e crescimento que se tinha

verificado parou e Mação sentiu isso pois as poucas empresas que se instalaram nesses anos fizeram-no em Torres Novas, Abrantes, que ainda tinham terrenos nas suas zonas industriais e as empresas foram ficando aí e, quando potencialmente podiam cá ter chagado, em 2008/2009, foi na altura em que o país soçobrou. Refere que não podemos também esquecer que, em 2003 tivemos metade do concelho ardido e perderam-se, em termos de riqueza, cerca de duzentos milhões de euros e para além dessa riqueza que desapareceu e deixou de entrar em muitas das casas dos nossos habitantes, ficamos com um concelho completamente desolado sem possibilidades de pensar em turismo, no património. Considera que o concelho teve estes três marcos que não podem ser esquecidos, o ano de 2001, o ano de 2003 e depois o ano de 2008/2009 quando estávamos a começar a sair da tragédia de 2003, surge o colapso do país e tudo isto e o impacto que tem sobre o nosso concelho não pode ser esquecido, pois diminuíram as receitas do município, o desemprego a crescer e o colapso da nossa maior indústria que era a construção civil que era o nosso maior empregador até 2008. Considera que o nosso futuro tem de ser baseado em três patrimónios que temos, o rústico e de paisagem e o que a ele está associado, o habitacional, apesar da falta de ordenamento e manutenção mas que existe e tem de ser pensado e o das pessoas que tem vindo a deteriorar-se mais e que não podemos escamotear e que é o mais grave pois começa a estar extremamente debilitado. Considera que só se sai deste problema usando o património e a possibilidade de utilizar este território em termos produtivos e aí considera que a Câmara tem tido o rasgo de propor algo completamente diferente dos outros, com uma coisa muito simples que é dimensão e escala e capacidade para pormos as coisas a andar sem ser com as pessoas que temos pois se contarmos com as pessoas que temos não vai acontecer nada porque somos poucos. Na sua opinião, para o futuro, temos de ser mais ousados do que fomos e provavelmente o que temos de fazer com este património habitacional é ir ao território, ver que casas estão disponíveis para vender, elaborarmos projetos muito aliciantes de recuperação dessas casas e depois criamos um site onde temos mais de cem casas de diferentes tamanhos com informação sobre o preço do imóvel em ruína, oferecemos os projetos e as licenças de obras, e onde se vê como pode ficar depois de recuperada. Fazer-se um investimento significativo com a contratação de uma equipa de arquitetos em início de carreira a trabalhar neste projeto e criar um site internacional que convide as pessoas a virem adquirir uma destas casas. Relativamente ao património rústico, na sua opinião, a solução tem de passar pelas Zif's, arrumadas em sociedades, e a criação de um fundo

municipal e o município entrar como sócio nestas sociedades que depois, quando houver lucro, o dinheiro volta para o fundo. Termina referindo que, sem esta capacidade de fazer as coisas com a dimensão e força para que tenham impacto, com a escala certa para ter esta força e esta dimensão, não será possível alterar as coisas no bom sentido.

O Sr. Presidente referiu que o tema da conversa era a natalidade mas derrapou, como é normal, para aquilo que é o desenvolvimento do concelho e considera que, apesar da altura do mandato, valerá a pena retomar esta conversa noutra altura dada a importância do assunto para todos.

-----**REQUERIMENTO**-----

ALTERAÇÃO DE PROJECTO APROVADO

REQUERENTE: NIKOLAI KUZNYETSOV

Presente requerimento de Nikolai Kuznyetsov, registado na secretaria sob o nº 307, em 18 de Novembro de 2016, em que pretende proceder a alteração ao projecto aprovado para demolição de vários edifícios em ruínas e no seu lugar construir de uma edificação destinada a habitação unifamiliar, em dois pisos, de que resultam a redução das áreas de implantação de 194,80m² para 180,10m² e de construção de 366,20m² para 360,20m², num conjunto de prédios rústicos e urbanos com a área total registada de 384m².

Por unanimidade deliberado aprovar as alterações ao projecto aprovado.

-----**REQUERIMENTO – CERTIDÃO AUGI**-----

REQUERENTE: ANA MARIA SILVA RUCHA

Face à informação dos Serviços Técnicos que fica anexa ao requerimento de Ana Maria Silva Rucha, registado na secretaria sob o nº 1171 em 31 de Janeiro de 2017, em que requer parecer da Câmara Municipal nos termos da Lei das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), sobre a celebração de um acto ou negócio jurídico do qual resulta ou pode vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos com os artigos nº 118 da secção AG, nº 36 da secção AG, nº 39 da secção AF e nº 35 da secção AH, da Freguesia de Carvoeiro, a Câmara deliberou por unanimidade, informar o requerente que não se veem inconvenientes na realização do acto ou negócio jurídico do qual resulta ou pode vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes dos prédios rústicos com os artigos nº 118 da secção AG, nº 36 da secção AG, nº 39 da secção AF e nº 35 da secção AH, da Freguesia de Carvoeiro.

----- OBRAS PARTICULARES -----

Tendo em conta os pareceres dos serviços técnicos e feita a apreciação dos projectos de arquitectura, a Câmara deliberou por unanimidade notificar o requerente para suprir, no prazo de 90 dias as omissões/deficiências constantes do parecer dos Serviços Técnicos, dos seguintes processos:

- De Paula Maria Lopes Gaspar Caldeira – Pereiro, Mação.

-----SR PRESIDENTE DA CÂMARA-----

VISITA DA SRª SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA JUSTIÇA

O Sr. Presidente informou que, no passado dia 3 de Fevereiro de 2017, pelas 11 horas, a Srª Secretária de Estado Adjunta e da Justiça esteve em Mação, no Palácio da Justiça no âmbito da reabertura do Tribunal, agora Juízo de Proximidade, acontecimento que considera ter sido importante com muitas pessoas presentes o que demonstra a preocupação da população com esta situação.

SOCIEDADE FILARMÓNICA UNIÃO MAÇAENSE

O Sr. Presidente informou que, no passado Domingo, a Sociedade Filarmónica União Maçaense realizou a Festa do Senhor das Encruzilhadas e deixa uma palavra de congratulação à referida associação pela realização desse evento.

CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL – ENCONTRO EM MAÇÃO

O Sr. Presidente informou que, no próximo dia 2 de Março terá lugar, em Mação, no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, pelas 11 horas, uma reunião promovida pelo Conselho Económico e Social, com a presença de vários especialistas, um membro do Governo e cujo tema será a Floresta e a reforma que está a ser implementada.

Deixa o convite a todos os membros da Câmara.

RECUPERAÇÃO DA ESCOLA DE FREIXOEIRO

O Sr. Presidente informou que a Câmara, em colaboração com a Junta de Freguesia de Cardigos e da Associação do Freixoeiro, vai recuperar o edifício da antiga escola da povoação de Freixoeiro, que é um edifício da Câmara e que vai ser recuperado em colaboração com as outras entidades em virtude do interesse da referida associação nesta recuperação.

NOITE DE FADOS NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL ELVINO PEREIRA

O Sr. Presidente informou que, no próximo sábado, pelas 21:30 horas vai realizar-se no Auditório do Centro Cultural Elvino Pereira, um espetáculo de fado com a fadista Joana Cota. Deixa o convite a todos os presentes.

PASSEIO SERRA DA ESTRELA – ASSOCIAÇÕES FEIRA MOSTRA

O Sr. Presidente informou que, no próximo dia 18 de Fevereiro de 2017 se realizará o passeio à Serra da Estrela com os elementos das associações que tiveram espaços de restauração na Feira Mostra de 2016. Deixa o convite aos Srs Vereadores para o referido passeio.

FESTIVAL DA LAMPREIA

O Sr. Presidente informou que, de 24 de Fevereiro a 2 de Abril vai decorrer o Festival da Lampreia no concelho de Mação, que este ano conta com nove restaurantes a participar no mesmo.

CANDIDATURAS APOIO LIVROS ESCOLARES

O Sr. Presidente apresentou três candidaturas aos apoios para aquisição de livros escolares que deram entrada fora do prazo de apresentação de candidaturas e propôs que as mesmas fossem aprovadas, uma vez que os requerentes explicaram o motivo do atraso.

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as candidaturas referidas.

-----**SR.VEREADOR ANTÓNIO LOURO**-----

REUNIÃO UNAC SOBRE FLORESTA

O Sr. Vereador António Louro informou que, no próximo dia 16 de Fevereiro irá estar presente num evento organizado pela UNAC, em Lisboa, para discutir as propostas do Governo relativamente à reforma da floresta e que contará com a presença do Sr. Secretário de Estado.

-----**SR. VEREADOR CÉSAR ESTRELA**-----

COMEMORAÇÕES DOS 40 ANOS DO PODER AUTÁRQUICO

O Sr. Vereador César Estrela questiona o executivo sobre o que está previsto ser feito em Mação, para assinalar os 40 Anos do Poder Local.

O Sr. Presidente refere que pode ser proposto que, no dia 25 de Abril se realize uma sessão solene da Assembleia Municipal para que os membros da mesma e a Câmara possam fazer uma intervenção sobre o tema. Mais referiu que poder-se-ia também falar com o Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas no sentido dos alunos do mesmo executarem trabalhos com esta temática que seriam expostos na Feira Mostra.

A.LOGOS

O Sr. Vereador César Estrela questiona o executivo sobre em que situação se encontra a A.Logos.

O Sr. Vereado Vasco Marques informou que, relativamente à situação da A.Logos, durante o último ano houve um processo de reorganização interna do qual, a parte mais

evidente, terá sido a renegociação dos contratos com todos os clientes, tendo-se verificado que, em alguns dos casos os contratos eram desvantajosos para a entidade e esse processo está concluído. Mais informou que o grande deficit resultante da atividade regular da A.Logos já não existe neste momento, encontra-se a laborar, mantiveram-se os postos de trabalho e o equilíbrio financeiro da entidade está praticamente assegurado, apesar de, no ano de 2016 ainda ir apresentar resultados negativos mas que não terão nada a ver com anos anteriores e essa situação deve-se ao facto que havia contratos com mais de um ano que tiveram de ser assegurados.

----- **ENCERRAMENTO** -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião, da qual, para constar foi lavrada a presente acta que, depois de aprovada vai ser assinada na forma legal e que eu Maria Manuela Martins Filipe, Assistente Técnico, subscrevo e assino: